

AS PRÁTICAS DE MEDICINA POPULAR AFRO-AMAZÔNICA

Sônia Cristina de Albuquerque VIEIRA

VIEIRA, Sônia Cristina de Albuquerque. **As práticas de medicina popular afro-amazônica.** Projeto de investigação científica, do Curso de Serviço Social – Centro Universitário Fibra, Belém, 2019.

O presente relatório versa sobre a pesquisa, cujo objetivo foi investigar as práticas de medicina popular afro-amazônicas como reconhecimento de que elas determinam um sistema médico complementar da medicina oficial em comunidades ribeirinhas e quilombolas, e também nos bairros urbanos das capitais da região amazônica. Os amuletos de proteção de saúde e doença e as ervas medicinais utilizadas para fabricação de chás, tinturas, infusões, garrafadas, incensos, entre outros usos, pela população afro-amazônica em suas práticas curativas foram os aspectos pesquisados. É importante ressaltar que a pesquisa ocorreu meses antes da pandemia de *Covid 19*, que atualizou muito mais essas práticas na região amazônica, com a venda de “kit vírus”. Esse “kit” é composto de folha de jambu, limão, gengibre e

alho o “kit vírus”. A medicina popular e os amuletos utilizados para o tratamento da população afro-amazônica podem ser definidos como um sistema médico visto envolver diagnóstico, etiologia e terapêutica. Seus conhecimentos, fundamentados no saber empírico acumulado, ligam-se a ideias e valores ditados pelo consciente coletivo, transmitidos por meios predominantemente orais. Tais conhecimentos envolvem o homem em sua totalidade: o corpo e a mente na sua relação com a saúde, e a doença e a cura de males físicos, mentais e espirituais (CAMARGO, 2014: 27). A medicina popular e a medicina tradicional iniciaram a sua trajetória lado a lado, no Brasil, sendo uma complementação da outra, contudo, ao passar dos anos e o desenvolvimento dos métodos e procedimentos, a medicina popular ficou obsoleta e caminhou para uma fusão junto a outras religiões. Como maior exemplo, temos as influências portuguesas, que, fundadas no judaísmo, acreditavam em salvar o corpo e a alma do doente. No entanto é perceptível o início do apagamento das raízes africanas nessa fusão com os colonizadores e, ao mesmo tempo, o hibridismo e sincretismos com a cultura indígena. A medicina popular não está exclusivamente ligada ao corpo, ou à doença

como fator totalizante. É fortalecido, dentro dessa prática, que a cultura e o espaço em que o referido doente se encontra estão proporcionalmente ligados. Sabe-se que a doença não advém da biomedicina apenas, mas, também, da etnomedicina. O uso de plantas medicinais com finalidades terapêuticas possui especificidades entre as famílias afro-americanas, sob as quais podem incidir também os rituais religiosos praticados com finalidades místicas e curativas. Entre as famílias brasileiras da raça/cor negra isso não é diferente; embora os membros dessas mesmas famílias desconheçam os aspectos religiosos relacionados ao uso das plantas. Essas são amplamente utilizadas e representam práticas de natureza cultural, embasadas em conhecimentos transmitidos por meio da ancestralidade. O uso de plantas medicinais com finalidades terapêuticas foi regulado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) a partir de 2013(4). Neste estudo foram exploradas as crenças, as condições socioeconômicas e as dificuldades de acesso aos equipamentos de saúde que derivam do isolamento geográfico das comunidades quilombolas no Brasil. Utilizou-se o método de pesquisa bibliográfica sobre medicina popular no Brasil e, em especial, na Amazônia.

Foram selecionados artigos, dissertações, teses, livros, entre outras fontes. É imprescindível ressaltar que as pesquisas científicas estão sendo renovadas constantemente, e este levantamento de pesquisa bibliográfica não pode ser considerado como definitivo, mas, sim, como um dado histórico de um determinado período. Espera-se que os resultados sejam uma contribuição aos estudos sobre medicina popular, saúde e religiosidade das populações afro-amazônicas. Questões relevantes puderam ser destacadas: condições sociais, econômicas, dificuldades de acesso aos equipamentos de saúde, que derivam do isolamento geográfico, associação de barreiras de natureza subjetiva e racial, além da percepção que as pessoas têm dos serviços públicos de saúde, que oferecem assistência de qualidade insatisfatória. O acesso a uma única forma de sistema de saúde justifica a legitimidade da existência de um sistema complementar. O estudo fez, ainda, o levantamento das comunidades estudadas, tipos de remédios naturais e formas mágicas mais utilizados, suas categorias, além do levantamento de estudos etnográficos sobre as experiências observadas. Foi problematizado o que é pensado como racismo sistêmico. É relevante para

reivindicar políticas públicas que possam conscientizar a sociedade sobre a necessidade de uma construção de uma mentalidade antirracista, de reflexão sobre práticas discriminatórias. Considera-se que os dados irão contribuir para futuras pesquisas na área das relações etnicorraciais.

REFERÊNCIA

CAMARGO, Maria Thereza Lemos de Arruda. A religiosidade na medicina popular. 2011. Revista Nures. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:kMsbqJ1-94YJ:https://revistas.pucsp.br/index.php/nueres/article/download/24700/17578+&cd=17&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 25 set. 2019.